** Câmara Municipal de Sete Lagoas**

 **Gabinete do Vereador João Evangelista**

 **SUBSTITUTIVO AO ANTEPROJETO DE LEI N° 525/2021.**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CENSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM SETE LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

 **Art. 1º** Dispõe sobre a criação de Programa Municipal de Censo de Inclusão das pessoas diagnosticadas com Transtorno Espectro Autista (TEA) EM Sete Lagoas, com os seguintes objetivos:

I - Identificar a quantidade e o perfil socioeconômico das pessoas com TEA.

II - Criar mapeamento dos casos de pessoas com TEA.

III - direcionar políticas públicas para o atendimento de pessoas com TEA.

**Art. 2°** Para que se chegue aos objetivos do Programa, criado por essa Lei, serão realizados censos para obtenção de dados, como ao grau do TEA, a quantificação, a qualificação e a localização regionalizada das pessoas com Autismo.

**Art. 3º** Com os dados obtidos por meio do censo será elaborado o Cadastro Municipal de Inclusão de pessoas com TEA.

**Art. 4º** O censo do programa deverá ser realizado a cada dois anos.

**Art. 5º -** O Executivo regulamentará esta lei.

 Sala das Sessões, 23 de setembro de 2021.

**

**JUSTIFICATIVA**

O anteprojeto de lei visa colher informações concretas sobre quantidade de casos, tipos de casos e outros dados importantes para que sejam feitas ações direcionadas e precisas.

A Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista -TEA e estabeleceu diretrizes de abrangência nacional.

O §2º do art. 1º dispõe que a Pessoa Com Transtorno Do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. O que acaba repercutindo na aplicabilidade integral das disposições da Lei 13.146/2015, que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã.

 Toda a pessoa autista possui os mesmos direitos inerentes a pessoas com deficiência, incluindo acesso a políticas públicas. Para isso se efetivar, precisamos ter em mãos o número de pessoas diagnosticadas com TEA.

Logo, este anteprojeto tem como principal objetivo fornecer ao indivíduo meio legal para exercer seu papel de cidadão. A fim de, publicizar os direitos que visam à efetivação do amplo acesso aos serviços à pessoa com transtorno do espectro autista.

Este Vereador diante o exposto, solicita aos nobres pares o apoio à proposta.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2021.

**